

Memória social, memória coletiva e História: um mapeamento da questão

Fabio Osmar de Oliveira Maciel*

A memória e as ciências sociais trilham caminhos próximos. Um marco nesse sentido é a publicação de "Matéria e memória", ainda em 1897, pelo filósofo francês Henri Bergson.¹ Anos mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, outro autor inaugurou uma "sociologia da memória". Maurice Halbwachs, inicialmente discípulo de Bergson², introduziu uma questão importante e nova ao apresentar a memória como um fenômeno constituído coletivamente. Contrariando Bergson, observou que a materialidade da memória não estava no corpo, mas na sociedade.³

A obra de Halbwachs pode ser compreendida a partir de seu vínculo com as correntes reformistas do socialismo de sua época, bem como as teorias Durkheimianas. Sempre esteve presente em seus escritos a ênfase no conceito de solidariedade e a rejeição à noção de que a natureza humana fosse animada por impulsos subjetivos ou egoístas. A crença no progresso democrático e social fazia parte de seu mundo e a ela foi acoplada a defesa do espírito coletivo e da possibilidade de sua apreensão pelo método científico. A teoria funcionalista, portanto, oferecia uma alternativa não só teórica, mas também política a diversos pensadores.⁴

Assim, a memória passou a interessar a diversas áreas, como a filosofia, a sociologia e a psicologia. Contudo, pela História, só foi abordada a partir da terceira geração dos *Annales*, notadamente Jaques Le Goff e Pierre Nora⁵, embora Marc Bloch⁶ já houvesse se referido a memória ao criticar Halbwachs:

*[...] Bloch [...] escreveu um artigo sarcástico criticando a tentativa de aplicar os critérios de objetividade e comprovação empírica aos estudos sobre o passado. Bloch defendia que fatos históricos eram produto da construção ativa do historiador e rejeitava a perspectiva teórica adotada por Halbwachs. Para os historiadores dos *Annales*, os estudos de memórias coletivas, como quaisquer outros, voltavam-se para a compreensão da causalidade inerente às ações sociais e não poderiam ser derivados de estudos empíricos sobre padrões de comportamento. Apesar da proximidade entre os historiadores da *École des Annales* com as teses de Durkheim, intelectuais como Bloch*

*defenderam a história enquanto ciência interpretativa e estabeleceram uma demarcação teórica importante no debate da época.*⁷

A relação entre História e Memória é normalmente entendida a partir de uma dicotomia. Para alguns autores a História é um saber científico, onde há rigor e controle, e a Memória uma construção social e emocional a partir de lembranças.⁸ Algumas críticas caminham no sentido de que as convergências entre Memória e História são superficiais e poucas. Embora o objeto seja o mesmo, a sua apropriação é realizada de forma diferente. Para outros autores, a Memória é "simplificadora", reduzindo os processos ao que lhe parece mais importante, possui uma temporalidade indefinida e simples, tem a necessidade da eleição de espaços emblemáticos, e é repetitiva. Diferente, a História é complexa, com uma temporalidade precisa e uma interpretação da sociedade dinâmica. Possui espaços relativizados, e é elaborada a partir de problematizações.⁹

Nos estudos para a compreensão da Memória, Maurice Halbwachs tem um papel importante. Nas primeiras décadas do século XX desenvolveu seu trabalho sobre a Memória Coletiva¹⁰, contrariando o pensamento da época que via a memória como uma ação individual e subjetiva. Para o autor, a memória é fundamental para a constituição do grupo, e nele é formada. O sociólogo afirma que a memória individual existe apenas a partir da memória coletiva, apresentando-se como um ponto de vista dentro da memória do grupo. Assim, ela é fundamental e necessária para a formação das lembranças individuais, mesmo em eventos que apenas nós estivemos envolvidos. Nunca estamos sós, pois "sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem".¹¹

Na sua concepção, o indivíduo compartilha das experiências, impressões e lembranças dos outros. Contudo, é necessário que vestígios de um determinado evento do passado permaneçam, sendo importante manter contanto com o grupo, estabelecendo um elo de identificação. Devemos lembrar na qualidade de membro desse grupo, uma participação breve num grupo efêmero não é capaz de evocar lembranças uma vez que ele não existe mais. Mais do que participar é necessário procurar um ponto de contato para que as lembranças se constituam a partir de uma base comum. A descontinuidade leva ao esquecimento, durando a memória enquanto o grupo existir. Assim, a "representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos

consciência da representação coletiva relacionada as mesmas coisas".¹² Ou seja, toda lógica de percepção, compreensão ou lembrança é dada pela lógica do grupo.

Sobre a História, Halbwachs a identifica como uma espécie de cemitério, limitada apenas aos eventos mais marcantes da história nacional, é sintética e não contínua, tecendo com o indivíduo uma relação artificial e de distanciamento. Os acontecimentos ligados a "memória-histórica" nacional ocorridos num passado muito distante da existência da pessoa, não estão relacionados com a sua vida, são descontextualizados e em nada enriquecem a memória individual, isto pode ser chamado de "história aprendida".¹³

Contudo, o indivíduo é marcado por outra história, pela "história vivida". Ou seja, determinados fatos e eventos da história, inseridos no seu contexto de acontecimentos – tempo e espaço – marcam determinada geração de uma forma que passam a modelar as personalidades e identidades daqueles contemporâneos aos acontecimentos.

*Nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresenta apenas um quadro muito esquemático e incompleto.*¹⁴

Para o sociólogo, as noções históricas desempenham um papel secundário, pois serviriam de ponto de apoio, não gerando também nenhuma relação íntima. O indivíduo se forma a partir do meio social em que estava inserido, é neste "passado vivido" que ele constituirá sua memória, e não na "história escrita" ou "aprendida". No caso da história vivida, "ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado".¹⁵

A História, explica o autor, é uma compilação de fatos, selecionados, comparados e classificados conforme a necessidade. A História começa onde acabam a tradição e a memória. A memória é contínua e "natural", pois ela retém o passado que ainda está vivo no grupo. A história para Halbwachs é descontínua, dividida por períodos, cada um encarado como um todo, sem ligação com os demais. A História é só uma, diferente da Memória Coletiva, que são muitas, existindo tantas memórias quantos grupos existirem.¹⁶

Apesar da importância de Halbwachs, a idéia de Memória Coletiva traz um problema, uma vez que existe sobreposta e separada dos indivíduos. A memória coletiva relaciona-se às recordações comuns, hegemônicas e oficiais, dando uma idéia de uma única concepção de passado, presente e expectativa de futuro.¹⁷

Falar em memória coletiva é mascarar conflitos, pois ela é dotada de um caráter uniformizador.¹⁸ Nesse sentido a memória coletiva é apenas o somatório das memórias individuais a partir de uma espécie de identidade coletiva. Melhor é o uso da categoria "memória social", por se entender que são os atores sociais que elaboram e processam as memórias, dando sentido a comunidade e a construção de identidades sociais.¹⁹

[...] não podemos esperar uma relação direta e linear entre o individual e o coletivo. Os registros subjetivos da experiência nunca são reflexos de eventos públicos, de modo que não podemos esperar encontrar uma "integração" ou "ajuste" entre as memórias individuais e memórias públicas, ou a presença de uma memória única. Há contradições, tensões, silêncios, conflitos, lacunas, disjunções, bem como lugares de encontro e até mesmo "integração". A realidade social é complexa, contraditória, cheia de tensão e conflito. A memória não é uma exceção.²⁰

Halbwachs não identifica a Memória Coletiva como uma imposição ou sendo coercitiva, mas sim observa nela uma função positiva, de coesão social realizada através de uma adesão afetiva.²¹ Contudo, podemos verificar que a memória coletiva, assim como a memória nacional, trabalha com processos de enquadramentos e, conseqüentemente, inserem-se em espaços de disputas.

A partir da década de 1960-70 algumas concepções foram mudando, principalmente com a emergência das fontes orais. A memória, assim, não deve ser simplificada a idéia de que é "reduzível a um pacote de recordações". A memória é um processo constante de construção e reconstrução, ela é fluida e mutável.²² É importante mencionar também que falar em memória e falar em esquecimento e silêncio.²³

Se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento, a memória humana é impossível.²⁴

A interpretação de Maurice Halbwachs sobre a memória é limitada pelo seu contexto de elaboração. Sua análise não dá conta de elementos inerentes da contemporaneidade, nem da diversidade de memórias cada vez mais fragmentárias.

[...] as velhas abordagens sociológicas da memória coletiva – tal como a de Maurice Halbwachs, que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. As contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela. Está claro que a memória da mídia sozinha não será suficiente, a despeito de a mídia ocupar sempre maiores porções da percepção social e política do mundo.²⁵

Ampliando o debate, nos apropriando das considerações de Pollak²⁶, podemos verificar que além da memória constituída a partir de acontecimentos vividos pessoalmente, há também aquela constituída a partir de acontecimentos que "vivemos de tabela". Há nesses casos, por meio de uma socialização política ou histórica, uma projeção, funcionando como uma espécie de "memória herdada" que está relacionado ao sentimento de identidade. Aí a importância dos "lugares de memória", categoria elaborada por Pierre Nora.²⁷ Esses lugares são espaços onde a memória se cristaliza, abrigando-se. Nora assinala o fim da memória a partir da aceleração da História. Como não mais habitamos nossas memórias, há a necessidade de lhe consagrar "lugares".²⁸

Em Nora, o debate sobre a relação História e Memória é retomado ao apresentá-las como opostos. A memória é viva, em permanente mudança, afetiva e espontânea, vivida sempre no presente. É fruto da interação entre lembrança e esquecimento. A história, por outro lado, é uma representação incompleta e problemática do passado, é laicizante. Diferente, a memória se alimenta das lembranças, é múltipla, relacionada a quantos grupos existirem. A história tem um caráter universal, é relativa, deslegitimadora e dessacralizadora do passado vivido.

O uso da memória pela História consolidou-se, nos primeiros anos da década de 80 do século vinte, com a organização, pelo historiador

*francês Pierre Nora, de uma grande coletânea de artigos sobre o que ele denominou lugares de memória [...]. Na introdução deste trabalho [...] Nora contrastou as abordagens ao passado pela história e pela memória. Enquanto a história estaria associada a narrativas lógicas e lineares, mas vazias de conteúdo sobre o passado, as memórias coletivas seriam aquelas que resultariam de movimentos vivos e lembranças transmitidas entre gerações. A proposta do historiador passa a ser a de estudar os "lugares de memória", ou seja, os lugares simbólicos constituídos pela e constitutivos da nação francesa. Para ele, como para diversos outros historiadores, fala-se muito em memória, porque nada mais restou do passado.*²⁹

Contudo, a concepção de Nora dos "lugares de memória" deve ser relativizada. Andreas Huyssen, além de criticar a limitação da concepção de Halbwachs, reavalia a construção de "lugares de memória" pensados por Pierre Nora, uma vez que esses lugares são compensatórios e nostálgicos, o que passa uma idéia de engessamento da memória.

Essa visão pessimista do esfacelamento da memória apresentada por Nora passa por uma reavaliação, pelo próprio autor, que passa a evidenciar uma "emergência da memória". Entre os fatores que levaram a essa mudança em relação ao passado, o autor descreve:

*[...] Uma crítica das versões oficiais da história; a recuperação dos traços de um passado que tenha sido apagado ou confiscado, as raízes culturais; ondas comemorativas do sentimento; conflitos em torno lugares simbólicos ou monumentos; a proliferação de museus; forte sensibilidade para a retenção de acesso ou de exploração de arquivos, um acessório renovado para que em inglês é chamado de "heritage", e em francês "patrimoine"; a decisão judicial do passado. Seja qual for a combinação que estes elementos possam ter, é como uma onda de recolhimento que quebrou em todo o mundo e que, em todos os lugares, elos de lealdade para com o passado - reais ou imaginários - e do sentimento de pertencimento, a consciência coletiva e auto-conhecimento. Memória e identidade.*³⁰

O autor assinala também o processo de "aceleração da história", que sobrecarrega o presente com essa imperiosa "obrigação de recordar", assim como o processo de "democratização da história", que representa a emergência das memórias de grupos minoritários, no qual a recuperação do passado está diretamente ligada com as afirmações de identidades. Enquanto a história está relacionada aos grupos poderosos e hegemônicos, a memória dá voz às minorias.

O trabalho de Andreas Huyssen também identifica a emergência da memória como um fenômeno presente nas "preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais". Esse "passado presente" se dá principalmente a partir da década de 1960, num contexto do processo de descolonizações e de surgimento de movimentos sociais, como uma forma de procurar histórias alternativas e revisionistas, passando por uma aceleração na década de 1980, impulsionada em torno dos debates sobre o Holocausto, principalmente através da mídia. A história para o autor possui um caráter positivo, mas desde que seja um novo modo de "escrever a história". É essa História que será capaz de garantir "um futuro de memória".³¹

*No cenário mais favorável, as culturas de memória estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Desacelerar em vez de acelerar, expandir a natureza do debate público tentando curar feridas provocadas pelo passado, alimentar e expandir o espaço habitável em vez de destruí-lo em função de alguma promessa futura, garantindo o "tempo de qualidade" - estas parecem ser necessidades culturais ainda não alcançadas num mundo globalizado, e as memórias locais estão intimamente ligadas às suas articulações.*³²

Uma aproximação entre Memória e História pode ser vista também em Michel Pollak. O sociólogo observa a importância de uma área específica da história, a História Oral. Seu objetivo é de utilizar a história para trazer para a superfície as "memórias silenciadas". A oposição para o autor não está na relação História/Memória, mas entre a memória oficial e as "memórias subterrâneas", e desta forma abrindo espaço para os excluídos e marginalizados pela versão oficial.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e

*de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.*³³

A memória é uma construção realizada a partir de um "trabalho de enquadramento", muitas vezes realizado por historiadores.³⁴ A memória é construída social e individualmente e assim como qualquer documento é uma reconstrução passível de crítica pelo historiador.³⁵ Há nesses processos de enquadramento da memória, através, por exemplo, das criações de datas cívicas e comemorações, a formatação daquilo que deve ser lembrado ou esquecido. Há hoje uma "preocupação documental de nossa sociedade e a preparação da memória futura". Há com isso uma expansão da memória no campo da cultura material, seja ela em coleções privadas ou institucionais e museus.³⁶ A memória não deve ser identificada como um "almoxarifado" do passado, ela é subordinada a uma dinâmica social. Sua elaboração se dá no presente a partir de questões do próprio presente, onde recebe incentivo e se efetiva.³⁷

Desta forma, "a memória é filha do presente. Mas, como seu objetivo é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto".³⁸ Sobre sua relação com a História, vale transcrever as considerações de Menezes:

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social.

Mas do exposto também fica patente que, após o divórcio, nas instâncias acadêmicas, entre memória e História, sobretudo depois que esta passou, cada vez mais, de História-narração e História-problema, as condições atuais de gestão da memória de novo contaminam a História. Se dúvida, na prática profissional, as exigências políticas e os compromissos científicos não deixarão de colocar dilemas eventuais embaraçosos. Entretanto, é possível continuar fixando balizas claras para evitar, não a conspurcação de

*uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da História pela memória: A História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da história.*³⁹

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 80 no Brasil, o debate sobre a Memória vem se consolidando. Após longos períodos autoritários, há a necessidade de se "fazer lembrar", intensificando desta forma os debates sobre a(s) memória(s).⁴⁰ Essa mudança pode ser verificada nos diversos seminários e congressos sobre o tema⁴¹, nas pesquisas acadêmicas e nos programas de pós-graduação⁴² que tem como o objeto ou área de pesquisa a memória social. Essa aproximação com a História se dá, principalmente, a partir dos estudos da História Oral, na busca por histórias alternativas e revisionistas e nas questões relacionadas a constituição da identidade social. Memória e História não significam a mesma coisa, contudo podemos dizer que não há História sem memória, cabe ao historiador problematizá-la. Ambas estão sujeitas as prescrições do presente.

Notas de Referência

- * Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), orientado pela professora Doutora Leila Ribeiro. Contato: macielrj2003@yahoo.com.br
- 1 BERGSON, Henri. *Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1990.
 - 2 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 36.
 - 3 Ibidem, p. 49.
 - 4 Ibidem, p. 36.
 - 5 BUSTILO, J. C. "Memoria e historia". Un estado de La question. In: *Memória y Historia*. Madrid: Marcial Pons, 1998. p. 200-201.
 - 6 BLOCH, Marc. "Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente". In: *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1995.
 - 7 SANTOS. op. cit. p. 38-39.
 - 8 BUSTILO, J. C. op.cit. p. 201.
 - 9 WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de Macedo. "Memória e história. Fundamentos, convergência, conflitos". In: *Memória Social e Documento: Uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.

- ¹⁰ Fizemos nossas reflexões a partir da obra *A memória coletiva*, publicada em 1950 após a morte do autor.
- ¹¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 30.
- ¹² *Ibidem*, p. 61.
- ¹³ *Ibidem*, p. 74.
- ¹⁴ *Ibidem*, p. 78-79.
- ¹⁵ *Ibidem*, p. 90.
- ¹⁶ *Ibidem*, p. 101.
- ¹⁷ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2002.
- ¹⁸ POLLAK, Michel. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p. 4.
- ¹⁹ MAUAD, Ana Maria. *História e Memória*, TVE Brasil, [20-]. Disponível em: < http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/am_mauad.htm>. Acesso em 5 jun. 2010.
- ²⁰ JELIN, Elizabeth. op. cit. p. 37.
- ²¹ POLLAK, Michel (1989). op. cit. p. 3.
- ²² MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, 1992, p. 10.
- ²³ POLLAK, Michel (1989). op. cit.
- ²⁴ MENEZES, Ulpiano. op. cit. p. 16.
- ²⁵ HUYSSSEN, Andreas. "Passados presentes: mídia, política, amnésia". In: _____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 19.
- ²⁶ POLLAK, Michel. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.10, 1992. p. 201-202.
- ²⁷ NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 8-9.
- ²⁹ SANTOS. op. cit. p. 87-88.
- ³⁰ NORA, Pierre. "Memory: from freedom to tyranny". *Memory and History in French Historical Research During the 1980's the 1990's*, South Africa, 12-19, aug. 2000. Disponível em: <<http://www.celat.ulaval.ca/histoire.memoire/histoire/cape2/nora.htm>>. Acesso em: 6 set. 2010.
- ³¹ HUYSSSEN, Andreas. op. cit.
- ³² *Ibidem*, p. 34-35.
- ³³ POLLAK, Michel (1989). op. cit. p. 4.
- ³⁴ POLLAK, Michel (1992). op. cit. p. 206.
- ³⁵ *Ibidem*, p. 207.
- ³⁶ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. op. cit. p. 12.
- ³⁷ *Ibidem*, p. 11.
- ³⁸ *Ibidem*, p. 14.

- ³⁹ *Ibidem*, p. 22-23.
- ⁴⁰ MAUAD, Ana Maria. op. cit.
- ⁴¹ Apenas como ilustração, podemos citar o XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, ocorrido no mês de julho deste ano, que teve como tema "Memória e Patrimônio". Disponível em: < <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/>>. Acesso em: 6 set. 2010.
- ⁴² Através do portal da Capes, podemos encontrar cinco programas de pós-graduação, todos pertencentes à área "multidisciplinar". Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 6 set. 2010.